

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Carne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 6 de abril de 1994

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Executivos
Orcau Brásia
Luiz Augusto de Castro
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Edição Especial

Sintonia fina para controle de contas

O noticiário do início desta semana demonstra a disposição do governo de agir com determinação para dissipar dúvidas quanto à sua disposição de controlar rigorosamente as suas contas, adequando para tanto as políticas monetária e fiscal. Segundo dados relativos à capacidade de pagamento do setor público enviados ao Senado Federal, a emissão monetária em 1994 será igual ao fluxo de recursos externos que será agregado às reservas internacionais em 1994, calculado em 1,33% do PIB. Em seguida a essa informação, o presidente Itamar Franco assinou decreto criando uma junta, que atuará no âmbito do Ministério da Fazenda, encarregada de fixar "cotas mensais e trimestrais globais de desembolso dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compatíveis com as metas de arrecadação".

A projeção sobre a emissão monetária, pela qual se pode discernir o que poderá ser a âncora para a introdução do real, prestou-se a interpretações pouco confiáveis. Não nos parece fazer sentido algum o cálculo de que, em razão da meta do governo, será emitido o equivalente a US\$ 10,5 bilhões em 1994, quan-

do o total da moeda em poder do público, mais depósitos a vista, chega atualmente a apenas US\$ 3,5 bilhões, o que, alegadamente, faria aumentar a inflação.

Seria muito arriscado fazer qualquer estimativa sobre quais os efeitos que a introdução do real terá sobre a base monetária. O que se pode prever é que, em se tratando de uma moeda estável, haverá uma tendência, cuja intensidade é muito prematuro avaliar, para a monetização. Ou seja, deixará de ser altamente desvantajoso para as pessoas manter depósitos a vista ou ter dinheiro no bolso. Isso poderia estimular o consumo de forma indesejável, se os juros fossem mantidos em níveis baixos. E não é isso que pretende o Banco Central, cujos técnicos projetam uma taxa de juros ainda bastante elevada em 1994.

O que é mais relevante notar é que as autoridades monetárias, confrontando os compromissos que terão de saldar, inclusive com

relação às dívidas interna e externa, fixaram um limite preciso para as emissões. Se as reservas internacionais se elevarão até onde se espera, é uma questão em aberto. Na pior das hipóteses, a base monetária, em sentido amplo, permanecerá a mesma. Isso significa, na realidade, que a nova moeda terá um lastro.

Esse esquema não poderia ser viabilizado sem o equilíbrio das contas do Tesouro e, para isso, o decreto assinado pelo presidente é um forte instrumento. Não se trata de uma centralização da programação financeira pelo Ministério da Fazenda, já que, além de representantes dessa pasta, a junta conta também com a participação de funcionários graduados da Secretaria de Planejamento da Presidência e do Ministério da Previdência Social. A idéia de monitorar os gastos de toda a administração federal, condicionando-os estritamente à arrecadação, não é nova, mas manda a verdade dizer que os ensaios feitos nesse

sentido não levaram aos resultados desejados devido, principalmente, a pressões e resistências no interior do próprio governo.

Espera-se que, desta vez, seja diferente. Fez bem o presidente Itamar Franco em atribuir o controle a um grupo restrito, com responsabilidades diretas sobre o cumprimento dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Aos componentes da junta incumbirá, quando detectarem quaisquer desequilíbrios, propor medidas para a sua correção imediata. Isso deverá ser feito especialmente através de um redobrado esforço para elevar a arrecadação, mas não está excluída a hipótese de que o governo poderá ser levado a cortar despesas em áreas menos essenciais, de modo a preservar os meios para cumprir as suas obrigações para com a Previdência Social e atender às demandas de setores sociais prioritários.

Falta ainda o envio da versão final do projeto de lei orçamentária ao Congresso, o que o novo ministro da Fazenda prometeu para breve. Será por essa partitura, para a qual os instrumentos vêm sendo afinados, que o País será conduzido à estabilização.